

PANORAMA DAS FUSÕES E AQUISIÇÕES NO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL NOS ANOS 2000

Tarcísio Luiz

Silvia Helena Andrade de Brito

A partir da década de 1990, com a Reforma do Estado implementada no país, a política de expansão do ensino superior brasileiro vem ganhando força e, desde aquela década, estimulada pelo Plano Diretor da Reforma do Estado, estabelecido em 1995 (governo FHC), vem se configurando por meio de diretrizes de privatização, terceirização, fusões e mercantilização da educação superior. Com o Governo Lula, há uma continuidade das políticas que favoreceram o setor educacional privado, inclusive por meio de instrumentos legais. Apesar disso, há uma diferença entre os dois momentos históricos, visto que, em comparação com a da década de 1990, as fusões e aquisições nos anos 2000 contaram com uma maior participação do Estado brasileiro exercendo papel de financiador e fomentador dos processos, devido a criação de grandes grupos empresariais nacionais (como são os casos da AMBEV e Brazil Foods), diferentemente da década anterior, onde a abertura econômica pós-1994 abriu precedente para um maior aporte de capitais privados internacionais na economia brasileira, como foi o caso das privatizações de empresas estatais.

Assim, o caráter mercadológico da educação superior foi reafirmado nesse contexto histórico, fortalecendo as instituições privadas, inclusive favorecendo a oligopolização também desse setor, que é o **objeto** deste trabalho.

O **objetivo** deste pôster é analisar o processo de fusões e aquisições de Instituições de Ensino Superior Privadas (IESPs) e discutir as novas configurações dessa expansão do ensino superior privado, particularmente na primeira década do século XXI.

A **metodologia** adotada neste trabalho é a pesquisa documental, utilizando as informações disponíveis sobre a oligopolização das empresas educacionais, nos seus vínculos com a expansão do ensino superior privado e as políticas educacionais implantadas pelo Estado no Brasil, no período de 2005 a 2013.

Cabe destacar que “a reforma do Estado rege-se, em termos mundiais, entre outras, pela ótica gerencialista e efficientista das empresas privadas e do mercado” (SGUISSARDI, 2009, p. 114). E quanto às mudanças na educação superior nos últimos anos, esta, como parte dos serviços sociais do Estado, vem sendo gerida pelos ditames dos Organismos Internacionais, em especial pelo Banco Mundial. Este órgão, entre outros aspectos, vem disseminando as teses de que “o ensino superior seria antes um bem privado que público”;

que “o retorno individual e social dos investimentos em educação superior seria inferior aos dos investimentos aplicados na educação fundamental” e que “a universidade de pesquisa (pesquisa, ensino e extensão) seria muito cara”, dentre outras (BANCO MUNDIAL, 1995).

Uma das consequências mais gerais da adoção dessas teses, para a educação superior, seria um aligeirado e generalizado aumento de privatizações do ensino superior e a mercantilização deste segmento educacional.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP – na primeira década do século XXI, verificou-se um crescimento exponencial de matrículas e de instituições privadas de ensino superior no país. O setor privado foi o principal responsável por esse processo obtendo, no referido período, um crescimento de 195,0%, contra apenas 18,0% nas IES públicas.

Visando fortalecer sua participação no mercado, as empresas educacionais vêm utilizando várias estratégias, entre elas o aumento da participação do capital estrangeiro nos grupos empresariais. O processo de incorporação de instituições de ensino superior brasileiras pelo capital estrangeiro, contudo, vem assumindo novas configurações com a entrada dos setores bancários e rentistas nos negócios educacionais.

Nessa direção, Gorgulho (2009) relata que foram registradas, entre 2005 a 2009, 78 fusões e aquisições de instituições privadas de ensino superior no Brasil e, desde então, pelo menos 27 transações movimentaram no mínimo R\$ 11 bilhões.

Atualmente temos quatro empresas educacionais brasileiras negociadas na BM&FBOVESPA: Anhanguera Educacional, Estácio Participações, Kroton e Sistema Educacional Brasileiro. A Anhanguera Educacional, a Estácio Participações e a Kroton estão entre as maiores Instituições de Ensino Superior privadas brasileiras. Essas empresas, por seu porte e capitalização, tornaram-se as principais consolidadoras do setor educacional. (GORGULHO, 2009, p. 46).

Enfim, pode-se **considerar**, até o momento, que o processo de expansão do mercado de ensino superior privado vem gradativa e tecnicamente organizando-se com base na inter-relação da dimensão monetário-financeira (incorporação de fundo de capitais – nacional e internacional, com a respectiva oferta de ações na bolsa de valores) e da base produtiva, focando critérios de competitividade, reorganização estrutural, administrativa e financeira, reestruturação do quadro docente da IESP adquirida, implementação do processo de aquisições e fusões de novas IES. Pode-se inferir que estas Companhias produzem e reproduzem o seu capital combinando os lucros obtidos no setor financeiro (operações na bolsa de valores) e a exploração da força de trabalho na sua base produtiva, interface própria das formas monopólicas atuais.

REFERÊNCIAS

ALTBACH, Philip G. Knowledge and education as international commodities: the collapse of the common good. Washington, DC: Association of Catholic Colleges and Universities, n. 22, 2002. Disponível em: <www.bc.edu/bc_org/avp/soe/cihe/newsletter/News28/text001.htm> Acesso: 09 jul. 2014.

BANCO MUNDIAL (WORLDBANK). **Educação Superior: lições da experiência** (*Higher Education: Lessons of Experience*). World Bank: Washington, 1995

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 15 mar. 2013.

_____. *Decreto n. 4.914, de 11/12/2003*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decretos/>>. Acesso: 09 jul. 2014.

_____. *Decreto n. 5.622, de 19/12/2005*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decretos/>>. Acesso: 09 jul. 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CAMARGO, Arlete. Acesso e expansão do ensino superior em Belém: o público e o privado em questão. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 26, Caxambu, 2003. *Anais...* Caxambu: 2003.

_____, V.L.J. Crise e privatização da universidade pública: de FHC a Lula da Silva. *Universidade & Sociedade*, Brasília, DF, n. 38, 2006.

GORGULHO, V. Fusões no setor privado de ensino superior. *Revista Ensino Superior*, n. 128, maio 2009.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. *Educação & Sociedade*, Campinas: CEDES, v. 29, n. 105, dez. 2008.

_____. *Universidade Brasileira no Século XXI – Desafios do Presente*. São Paulo: Cortez, 2009.

UNIESP. *Portal UNIESP*. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br>> Acesso: 7 jul. 2014.